

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas

E-mail: roberto.simoes@ufes.br

/// A sociedade não pode ficar refém da inoperância. Quando começarão a organização e as ações estruturais integradas na bacia do Rio Doce?

Amores pelo Rio Doce?

Apesar de ser rejeitável, a tragédia socioambiental provocada pela Samarco/Vale/BHP na bacia do Rio Doce, a maior do Brasil, perde espaço na agenda da “coisa pública” - em que pesam os sofrimentos e incertezas. No seu auge, houve declarações, talvez para atenuar a indignação do momento, acenando com bilhões para a recriação quase milagrosa do Rio Doce. Agora, estão silentes.

A sociedade foi e está alijada, e desinformada. Chegou-se a decidir pelo sigilo da análise sobre a água no Rio Doce e na sua foz devido à gravidade da presença de metais - o que acentua a desconfiança. Na página www.governançapelodoce.com.br de órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, e de comitês de bacias, o “mapa de ações em andamento” é de 01/03, direcionado para as emergenciais. No tema “socioeconomia”, a situação piora: “Conteúdo atualizado (sic) em 10/12/2015”.

Nela, não há nada sobre a homologação ou não do chamado “Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta” assinado, em fevereiro passado, pela Samarco/Vale/BHP e governos - e que não teve a concordância dos ministérios públicos. Diante desse vazio

institucional, está em curso uma atuação fragmentada de órgãos e entidades. O que domina são ações dispersas de curtíssimo prazo - quando não estão atrasadas diante de perdas de agricultores, pescadores e do turismo.

A tônica imediatista tem sido monitorar a água, principalmente via “navio”. Mas é flagrante o desencontro dos resultados de cada órgão. A não explicação desse desencontro pelos órgãos governamentais deixam sobressaltadas as pessoas que dependem ou usam a água ou, ainda, se alimentam de peixes.

Depois de ter ficado três meses em sigilo, a Marinha divulgou na semana passada o que o lema sabia: as amostras coletadas em novembro passado no Rio Doce revelaram que “além do manganês e selênio, também foi encontrado chumbo”. Por afetar a saúde pública, é intolerável o sigilo ou adiamento. É irremediável o que não foi feito devido ao atraso na informação.

Contudo, esses metais não foram constatados em níveis elevados em Colatina no mesmo período. Então, o que acontece entre aquele município e a foz que parece que produz “manganês, selênio e chumbo”? Talvez para atenuar esse dado “pesado”, divulgou-se também na semana passada que a “cor” da água melhorou. Sabe-se que a cor não revela grande parte de poluentes, “invisíveis”.

A sociedade não pode ficar refém da inoperância. Quando começarão a organização e as ações estruturais integradas na bacia do Rio Doce? Tomara que os amores pelo ES cheguem à bacia do Rio Doce.